



## NOTA TÉCNICA nº 19/2018 - SEA



RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DE  
PROJETOS, OBRAS E SERVIÇOS DE  
ENGENHARIA E ARQUITETURA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

**NOTA TÉCNICA nº 019 - SEA**

1. **Título:** Responsável técnico pela execução de projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura.
2. **Versão:** 001 – 2018
3. **Assunto:** Responsabilidade técnica de execução de projeto, obra ou serviço de engenharia e arquitetura.
4. **Palavras-chaves:** responsável técnico, fiscalização, projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura.
5. **Legislação pertinente:** Lei 8.666/93; Lei 5194/66; Lei 12.378/10; Resolução 1.025/09 – CONFEA; Resolução 1.048/13 – CONFEA; Resolução 1.094/17 – CONFEA; Resolução 17/12 – CAU; Resolução 22/12 - CAU.
6. **Objetivo:** Orientar as unidades do MPF sobre como proceder para exigir da empresa contratada para execução de projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura a responsabilidade técnica pela execução das atividades contratadas.
7. **Introdução:**

Toda atividade técnica de engenharia e arquitetura somente poderá ser executada por profissional legalmente habilitado. O início de cada atividade contratada está vinculado à emissão da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, no caso de engenheiros, ou registro de responsabilidade técnica (RRT) junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, no caso de arquitetos. Sendo assim, antes do início de elaboração de qualquer documento para projeto, qualquer mobilização para execução de obras e serviços contratados, a fiscalização deve exigir as respectivas ART e/ou RRT dos profissionais que efetivamente executarão o contrato.

No caso de contratos públicos, além dos profissionais responsáveis pela execução do serviço contratado estarem registrados nos respectivos conselhos (CREA ou CAU) e com suas ART/RRT emitidas, também se deve atender outras exigências. Uma delas é que o profissional que foi apresentado na proposta, durante o processo licitatório, é obrigado a participar efetivamente da execução do objeto contratado. A sua substituição só poderá ser aceita pela fiscalização se for comprovada a sua impossibilidade por fato posterior ao processo licitatório, e se o eventual substituto atender às exigências mínimas previstas no edital de licitação.



*Lei 8.666/93 Art. 30. “§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração”. (grifo nosso)*

A participação do responsável técnico na execução dos serviços será comprovada mediante registros no diário de obras, com periodicidade compatível com as exigências contratuais de permanência do profissional no canteiro; participação em reuniões técnicas; acompanhamento durante a fiscalização e medição; atendimento direto aos questionamentos e solicitações; e registro nos demais documentos gerados. O não atendimento a essa determinação caracteriza descumprimento de cláusula contratual.

*Lei 8.666/93 Art. 55. “XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação”.*

Nos casos em que haja profissionais corresponsáveis pelos serviços contratados, somente aqueles que efetivamente realizarem as atividades técnicas descritas no contrato receberão os atestados de execução, sendo registrado nos respectivos atestados o percentual de participação de cada um.

É condição obrigatória o preenchimento do diário de obras, ou livro de ordem, para a emissão da respectiva Certidão de Acervo Técnico da obra contratada

*Art. 1º Fica instituído o Livro de Ordem de obras e serviços das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.*

*§ 1º O Livro de Ordem será preferencialmente eletrônico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.*

*§ 2º O Livro de Ordem será obrigatório para a emissão de Certidão de Acervo Técnico - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018.*



## 8. Procedimentos:

De forma sucinta, os procedimentos a serem adotados são:

- 1) Verificar se o engenheiro/arquiteto designado para executar o projeto/obra/serviço é o apresentado na proposta na fase do processo licitatório;
- 2) Caso sim, exigir as respectivas ART/RRT antes do início da execução dos serviços;
- 3) Caso não, solicitar justificativas pela não apresentação do profissional previsto na proposta da empresa. Não cabem justificativas com motivos existentes anteriormente ao processo licitatório, tais como ser dono da empresa; viagem marcada; outros projetos/empreendimentos em andamento, o que caracteriza informação falsa em proposta;
- 4) Aceitando as justificativas, o profissional apresentado deve possuir capacidade técnica compatível com o exigido no processo licitatório, comprovado mediante acervo técnico, conforme previsto no edital;
- 5) Após o aceite da substituição, o profissional afastado não poderá ser mantido como responsável pelas atividades;
- 6) Ao final do projeto/obra/serviço o atestado será emitido em nome do profissional que efetivamente executou as atividades. Caso haja corresponsáveis, os percentuais de participações deverão constar nas respectivas declarações;
- 7) É inadmissível aceitar um responsável técnico por um projeto/obra/serviço sem que ele efetivamente participe da elaboração/execução, e nem emitir atestado a profissionais além das quantidades e percentuais efetivamente realizados.

Apesar das exigências previstas nesta nota técnica estarem bem embasadas na legislação vigente, para que os licitantes tenham perfeito conhecimento das orientações adotadas, devem-se constar nos futuros editais de licitação os procedimentos apresentados:

1. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar efetivamente do projeto/obra/serviço objeto da licitação, mediante permanência no canteiro de obras; registros no diário de obras, com periodicidade compatível com as exigências contratuais de permanência do profissional no canteiro; participação em reuniões técnicas; acompanhamento durante a fiscalização e medição; atendimento direto aos questionamentos e solicitações; e/ou registro nos demais documentos gerados. O não atendimento a essa determinação caracteriza descumprimento de cláusula contratual.
2. A substituição dos profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional só poderá ser aceita pela fiscalização se for comprovada a sua impossibilidade por fato posterior ao processo licitatório, e se o eventual substituto atender às exigências mínimas previstas no edital de licitação. Fatos anteriores à entrega da proposta usados como justificativas de substituição caracterizam informação falsa em proposta, cabendo aplicação de sanções previstas no edital e na legislação vigente.



3. Nos casos em que haja profissionais corresponsáveis pelos serviços contratados, somente aqueles que efetivamente realizarem as atividades técnicas descritas no contrato receberão os atestados de execução, sendo registrado nos respectivos atestados o percentual de participação de cada um.

Brasília, outubro de 2018  
Secretaria de Engenharia e Arquitetura